

# Autonomia ou anti-imperialismo: comparação da política de defesa do Brasil e Venezuela (2003-2013)

## Autonomy or Anti-Imperialism: Comparison of the Defense Policy of Brazil and Venezuela (2003-2013)

Rev. Bras. Est. Def. v. 13, e026001, 2026, p. 1-28  
ISSN 2358-3932

ANTONIO PEDRO MIRANDA

### INTRODUÇÃO

Ao olhar para o passado recente político da América do Sul, percebe-se que, dentre os principais temas debatidos sobre a região, está a Venezuela, principalmente por causa da crise político-econômica e social. Entretanto, em comparação aos temas de economia e política venezuelana, pouca atenção é dada às políticas de defesa do país, mesmo com este estando constantemente sob pressão dos Estados Unidos (EUA), conforme evidenciado pelas tentativas de golpe em 2002, contra Hugo Chávez, e em 2020, contra Nicolás Maduro (Hasan 2020). Cabe também salientar que o governo de Hugo Chávez e sua Revolução Bolivariana marcam o início de um fortalecimento das forças armadas na política venezuelana e uma maior preocupação com os temas de defesa, marcada por uma retórica anti-imperialista voltada contra os Estados Unidos.

Concomitantemente, no Brasil, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) e Lula da Silva à presidência, há a tentativa de estabelecer uma nova política de defesa para o país, com as reformulações nos Planos Nacionais de Defesa (PND), o estabelecimento da Estratégia Nacional de Defesa (END) e, no governo Dilma Rousseff, a criação do Livro Branco de Defesa em 2012. Essa nova visão para a defesa nacional foi fortemente ligada à política externa do período, versando também sobre a importância da integração regional, do multilateralismo, a busca por novas parcerias internacionais e na busca por situar o Brasil como país

---

**Antonio Pedro Miranda** é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (PPGPRI). Integrante do grupo de trabalho Grande Estratégia, Política de Defesa e Segurança Internacional do Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil. Orcid.org/0009-0004-5423-0108. Email: antoniopedro.miranda@gmail.com.

emergente com capacidade de participar dos grandes centros decisórios internacionais.

Apesar do que foi mencionado, é interessante notar a ausência de trabalhos acadêmicos que comparam as políticas de defesa desses dois países, sendo que, nesse mesmo período, houve reestruturações desses setores e ambos sendo realizados em governos de esquerda, ainda que de perspectivas diferentes. Assim, este artigo busca responder à seguinte pergunta: quais foram as diferenças, em matéria de política de defesa, entre o Brasil e Venezuela, nesse período? Portanto, o objetivo deste artigo será apresentar as políticas de defesa de ambos os países no período de 2003 a 2013 e traçar comparações entre os dois. Considera-se importante salientar que este artigo apresenta um caráter exploratório e visa a abrir caminho para estudos comparativos no campo de pesquisa sobre política de defesa. Embora faça alguns apontamentos para entender as causas da diferença entre o rumo adotado pelos dois países, o foco reside na comparação entre a política implementada em ambos os Estados. As justificativas para a escolha desses dez anos e dos dois países foram: 1) terem governos de esquerda que estiveram no poder durante o mesmo tempo; 2) apresentaram grandes modificações em suas políticas de defesa, que incluíram atualizações nos documentos referentes à defesa e a projetos de modernização das forças armadas; 3) terem uma atuação internacional mais ativa durante esse período, apresentando uma maior imbricação entre as políticas externa e de defesa.

Este artigo utilizará fontes bibliográficas, principalmente artigos, dissertações e teses; fontes documentais como o PND, END, Livro Branco de Defesa e documentos oficiais da Venezuela; e a análise de dados dos gastos militares e de contingentes de ambos os países. Conclui-se que tanto o Brasil como a Venezuela tiveram um fortalecimento de suas políticas de defesa, ainda que tenham adotado estratégias e posturas diferentes, com o primeiro sendo mais pragmático e buscando uma autonomia sem confrontação, enquanto o segundo posicionou-se de maneira mais radical e anti-imperialista em matéria de segurança nacional. Por fim, o artigo está dividido, para além desta introdução, em quatro partes: a apresentação da política de defesa do Brasil; a da Venezuela; a comparação entre os dois países e uma breve conclusão.

## POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL (2003-2013)

Os temas de defesa e segurança nacional no Brasil historicamente permaneceram afastados do debate público, concentrando-se nas forças armadas, influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional, a qual priorizava

o combate a inimigos internos e a internalização da defesa (Soares 2015). Esse distanciamento decorre da dificuldade histórica de controle civil sobre os militares desde a Proclamação da República, agravada pelo golpe de 1964, além do desinteresse da elite brasileira pela agenda securitária (Soares 2006). A partir da redemocratização, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, a política de defesa começou a ganhar visibilidade, com a criação do Ministério da Defesa e da Política de Defesa Nacional (PDN) (Soares 2006). No entanto, seria nos governos Lula e Dilma que essa área passaria por maior institucionalização, com avanços significativos em diversos aspectos da política de defesa (Lima 2015). Nesse sentido, conjectura-se que os desenvolvimentos nessa área no período analisado foram provavelmente resultados de uma tentativa de reforçar o controle civil sobre as forças armadas, especialmente considerando o passado recente em que o país esteve sob controle dos militares. A seguir demonstra-se quais foram essas inflexões, focando em quatro eixos principais: atualização e desenvolvimento dos documentos de defesa, a relação entre política externa e política de defesa, a centralidade da América do Sul como zona estratégica e o fortalecimento da indústria nacional de defesa.

Antes de tratar sobre o debate a respeito dos documentos de defesa, é necessário salientar a importância de um país ter sua política de defesa expressa em documento. Em primeiro lugar, sua publicização permite maior engajamento da sociedade civil, legitima o processo e favorece o escrutínio democrático. Em segundo lugar, gera transparência interna e facilita o controle civil sobre os militares, além de promover confiança e cooperação no âmbito internacional (Almeida 2010).

A partir da eleição de Lula e da nomeação do diplomata José Viegas como ministro da Defesa, iniciou-se uma ambiciosa agenda de reformas na política de defesa, que marcou quase todas as gestões do ministério nesse período, atualizando e criando novos documentos para o setor. A primeira grande ação dessa agenda foi a atualização da Política de Defesa Nacional (PDN) em 2005, por meio do Decreto N° 5.484, de 30 de junho de 2005, cujo intuito era “estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional” (Brasil 2005). Esse documento se caracteriza por definir o entendimento brasileiro sobre os conceitos de segurança<sup>1</sup> e defesa,<sup>2</sup> analisar o ambiente internacional, regional e o entorno estratégico, identificar possíveis ameaças, indicar diretrizes da política de defesa, delinear as missões principais das forças armadas e priorizar regiões para cooperação (Donadelli, Saint-Pierre e Vitelli 2021).

Outro marco importante da política de defesa ocorreu durante a gestão de Nelson Jobim no Ministério da Defesa, com a publicação da Estratégia

Nacional de Defesa (END), por meio do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. A END tem como função orientar a implementação dos objetivos definidos na PDN, articulando o setor militar com outros setores do Estado (Donadelli, Saint-Pierre e Vitelli 2021). Estruturada em três eixos — reorganização das forças armadas, fortalecimento da indústria de defesa e composição dos efetivos militares — a END também prioriza áreas estratégicas como os setores nuclear, espacial e cibernético (Brasil 2008). O documento reconhece a ausência de ameaças militares concretas, mas defende o preparo das forças armadas para respaldar a ação política do Estado, destacando a Amazônia como região sensível (Brasil 2008). Para Lima (2015, 82), a END representou “o marco conceitual mais importante para as reformulações do ministério e a construção de uma diretriz governamental mais clara para a defesa nacional”.

Em 2012, há uma nova publicação de relevância dentre os documentos de defesa, o lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Diferentemente dos documentos mencionados anteriormente, esse é voltado para o exterior, com o intuito de promover mais transparência sobre a política de defesa nacional, esclarecendo objetivos e orientações do país, além de fornecer informações dos meios militares para atingir tais fins, e constitui uma medida para gerar confiança com os demais países (Donadelli, Saint-Pierre e Vitelli 2021). Adicionalmente a essa caracterização salienta-se que:

Além da importância presente em sua própria existência, um dos logros mais relevantes do documento foi harmonizar e sistematizar posturas diplomáticas e militares adotadas pelo Brasil. Dessa forma, ele reforçou a demanda por cooperação interburocrática e coerência nos dois vetores da ação externa do país no sistema internacional, seja em organizações e grandes regimes, seja na ação internacional das Forças Armadas. (Lima 2015, 86).

No mesmo ano da publicação da LBDN, ocorreram atualizações tanto na PDN, rebatizada como Política Nacional de Defesa (PND), quanto na END. As mudanças na PND foram majoritariamente lexicais, mas com implicações ontológicas relevantes, como a substituição do termo “preponderante” por “essencialmente”, indicando que a defesa nacional se volta prioritariamente às ameaças externas, atenuando a lógica do inimigo interno presente em versões anteriores (Lima 2015; Brasil 2005; 2012c). Já na revisão da END, destaca-se a redução do tom ufanista e a exclusão de propostas como a criação de um “serviço civil” para dispensados do serviço militar e a centralização da formação civil na Escola Superior de Guerra (Lima 2015; Brasil 2008, 2012a).

Outro desenvolvimento importante no período dos governos petistas no que se refere à política de defesa foi o aumento do entrelaçamento dessa com a política externa do período. Isto se torna evidente quando olhamos para os documentos mencionados anteriormente, em especial o LBDN, segundo o qual:

As políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidos pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE). [...] A Política e a Estratégia assinalam responsabilidades na promoção do interesse nacional, em particular nos temas afetos ao desenvolvimento e segurança do País. Evidenciam a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de diálogo entre o MD e o MRE, no sentido de aproximação de suas inteligências e no planejamento conjunto. (Brasil 2012b, 51).

Segundo Borelli e Freixo (2021), a aproximação entre política de defesa e política externa durante os governos petistas decorreu do aumento do protagonismo internacional do Brasil, o que fez com que uma diplomacia mais assertiva exigisse maior articulação com o setor da defesa. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) exemplifica esse processo:

a própria experiência brasileira no Haiti colaborou nesse sentido, por incentivar a aproximação entre o MRE e o MD, forçando o estabelecimento de entendimentos comuns entre os ministérios acerca de como deveria funcionar a atuação do Brasil. (Borelli e Freixo 2021, 182).

O caso mais emblemático dessa articulação foi a cooperação com países africanos. A África ganhou destaque tanto na política externa, por meio da diversificação de parcerias, cooperação Sul-Sul, investimentos via BNDES e abertura de embaixadas, quanto na política de defesa, com a inclusão do Atlântico Sul e dos países limediros africanos como parte do entorno estratégico nacional (Brasil 2005, 2012b, 2012c). Entre 2003 e 2013, destacam-se a assinatura de nove acordos de cooperação em defesa, a abertura de adidâncias militares no continente,<sup>3</sup> ações conjuntas em fóruns multilaterais (como Zopacas, CPLP, IBAS e Brics), o aumento das exportações da indústria de defesa<sup>4</sup> e o treinamento de militares africanos no Brasil, entre outros (Lima 2015).

Destaca-se que o entrelaçamento de política externa e de defesa não se deu apenas na relação com a África, ainda que esse seja o mais notório. O Brasil estabeleceu diversos acordos de cooperação no setor da defesa com países da América Latina, Europa, Ásia e EUA, envolvendo desenvolvi-

mento de projetos conjuntos, compras e vendas de armas, entre outros tópicos (Lima 2015). Outra região que, em especial, ganhou destaque na agenda da política de defesa do Brasil foi a América do Sul, que constitui um importante exemplo de interação entre política externa e defesa (Oliveira e Silva 2011), mas possui características específicas que a faz merecer uma atenção especial.

No campo da segurança nacional, a América do Sul sempre foi considerada uma região estratégica para a defesa nacional, figurando como um foco constante na agenda securitária do país desde a independência, em 1822, até os dias atuais. Contudo, conforme aponta Vieira (2022), a percepção sobre a importância da região para questões de segurança foi se transformando ao longo do tempo, influenciada pelos interesses dos atores locais e pelas capacidades materiais do Brasil. Inicialmente, o foco estava no Cone Sul, principalmente nas disputas territoriais e nos conflitos na Bacia do Prata. Com a ditadura empresarial-militar e, mais especificamente, durante o chamado período do pragmatismo responsável, esse foco se expandiu para abranger todo o continente sul-americano, até alcançar a configuração atual, conhecida como Complexo Regional de Segurança<sup>5</sup> (Vieira 2022).

Assim, é nesse sentido que a integração regional ganha destaque como fator importante para a segurança nacional. Vieira (2022) aponta que uma das primeiras iniciativas de integração, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), deve ser entendida também pelo prisma da segurança, no sentido de que o desenvolvimento da infraestrutura regional tende a gerar desenvolvimento e, portanto, estabilidade na América do Sul, mitigando problemas de segurança. Nos governos petistas, a integração regional sul-americana passa a ser parte central da concepção de defesa nacional, com o tema ganhando destaque nos documentos do período. Destacam-se aqui dois exemplos:

18. Estimular a integração da América do Sul.

Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região. (Brasil 2008).

A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País reconhece, no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos, um elemento fundamental para o desenvolvimento socioe-

conômico e para a preservação da paz na região. Do mesmo modo, a consolidação de um mercado sul-americano e o fortalecimento da capacidade de atuação e negociação dos governos nos fóruns internacionais dependem da continuidade e do fortalecimento de relações amistosas entre os países da região. [...] A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional. O Brasil considera desejável que prevaleçam o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos. Isso tornará a região mais coesa e mais forte. Esse conjunto de fatores impulsiona o País a estreitar a cooperação com os Estados vizinhos também na área militar, com vistas a constituir um bloco que se apresente íntegro em nível global no trato dos temas de defesa, com capacidade de dissuadir ingerências externas e com reforçado poder de negociação nos fóruns internacionais. (Brasil 2012b).

Além das referências à integração regional nos documentos oficiais, um dos principais avanços no campo da defesa sul-americana foi a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da Unasul, iniciativa que pode ser considerada uma das ações centrais do Brasil na área durante o período. O CDS foi concebido como espaço de cooperação em defesa e segurança, voltado à resolução de conflitos regionais, promoção de uma zona de paz, fortalecimento da identidade sul-americana de defesa e resistência à influência da agenda securitária dos Estados Unidos (Lima 2015; Vieira 2022). Segundo Jorge Battaglini (2009), a criação do CDS esteve inserida nos objetivos da política externa brasileira do período, na tentativa de se posicionar como uma liderança regional que permitiria projetar o país internacionalmente. Além disso, o Brasil visava, com o CDS, a criar uma identidade sul-americana de defesa que permitisse resolver disputas entre os países da região e evitar a ingerência dos EUA na agenda de defesa da região, especialmente em razão da reativação da IV Frota e da instalação de bases militares na Colômbia (Battaglini 2009). Contudo, cabe destacar que não se tratava de um projeto antagônico aos EUA, mas sim uma busca por maior autonomia. Essa busca se expressava no desejo de constituir uma indústria regional de defesa que permitisse reduzir a dependência tecnológica em relação aos EUA, como também nos objetivos do CDS, que era criar uma zona de paz na região e administrar crises, não havendo a intenção de projetar poder em oposição aos Estados Unidos. Entre as iniciativas brasileiras no CDS destacam-se: encontros de ciência, tecnologia e indústria de defesa; o desenvolvimento conjunto do drone e do avião de treinamento Unasur-I; a criação de um mecanismo comum de defesa cibernética; e o projeto da Escola Sul-Americana de Defesa (Lima 2015).

Outro ponto de destaque da política de defesa do Brasil no período é a revitalização da indústria nacional de defesa. A necessidade de desenvolver a indústria de defesa começa a aparecer nos documentos, sendo um requisito para aumentar a autonomia do país, eliminando dependências e buscando melhor prepará-lo contra ameaças (Brasil 2005; 2008; 2012c).

4.13 A persistência de entraves à paz mundial requer a atualização permanente e o reaparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas, com ênfase no desenvolvimento da indústria de defesa, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis. (Brasil 2005)

Para além da importância estratégica defensiva, a modernização do equipamento das forças armadas e o desenvolvimento da indústria nacional de defesa também teriam uma importância econômica. Segundo [Borelli e Peron \(2017, 489–90\)](#):

[...] o setor demanda bens de alta tecnologia e constante inovação tecnológica — e, conseqüentemente, mão de obra qualificada —, o que serviria como incentivo para o progresso técnico, o que poderia ser escoado também para outros setores produtivos (a partir das chamadas tecnologias de uso dual).

No contexto do fortalecimento da indústria nacional de defesa, o governo implementou uma série de medidas: a criação de um regime legal, regulatório e tributário especial para o setor; incorporação do setor privado, com grandes grupos empresariais, incluindo empreiteiras e a Fiesp, criando divisões voltadas à defesa; a modernização das forças armadas, como a compra de novos caças e o desenvolvimento do submarino nuclear ([Borelli e Freixo 2021](#)). Um exemplo da incorporação do setor privado foi o caso da empresa Mectron, que atuava no segmento de mísseis, sistemas de comunicação e equipamentos espaciais, e que foi adquirida em 2011 pela Odebrecht ([Oliveira et al. 2025](#)). Essa empresa era responsável pelo desenvolvimento do Torpedo Pesado Nacional em escala reduzida (TPNer) em parceria com a Marinha com o intuito de armar os novos submarinos criados pelo programa Prosub. A participação do setor privado já era algo visado na própria documentação. O PND de 2005 defendia que o fortalecimento da capacitação do país no campo da defesa deveria ser obtido com participação permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, todos voltados para produção tecnológica e inovação (Brasil 2005). Toda essa articulação se insere em uma estratégia de revitalização da indústria nacional de defesa; redução da dependência tecnológica, especialmente frente a países centrais como

os EUA; além de reduzir riscos de restrição a tecnologias consideradas sensíveis (Borelli e Peron 2017).

Paralelamente ao aspecto interno do desenvolvimento da indústria de defesa nacional, houve também uma face externa desse processo, que incluiu acordos de cooperação internacionais para a produção conjunta de equipamentos, como o míssil ar-ar A-Darter, em parceria com a África do Sul, além da ampliação das exportações de material militar (Lima 2015). Entre 2003 e 2013, houve também diversas transferências de equipamentos militares para o Brasil, segundo a *Arms Transfers Database*,<sup>6</sup> do Stockholm International Peace Research Institute (Sipri 2025a). Nesse período, houve 54 transferências, totalizando 2.873 equipamentos adquiridos, provenientes principalmente dos EUA, Alemanha, Israel, França e Reino Unido, em sua maioria aeronaves, veículos blindados, mísseis e motores.

Em relação a dados quantitativos a respeito do campo da defesa, vale salientar que durante o período não houve um aumento expressivo dos gastos militares em porcentagem do PIB, saindo de 1,50% em 2003, atingindo seu auge em 2009 e 2010 com 1,54% e encerrando em 2013 com 1,33% (Sipri 2025b). Contudo, os valores brutos dos gastos militares em cada ano aumentaram ano após ano, em razão do grande crescimento econômico experienciado pelo Brasil no período, partindo de US\$ 8.392,91 milhões em 2003 para US\$ 32.874,79 milhões em 2013 (Sipri 2025b).<sup>7</sup> Por fim, no período também houve um aumento no contingente das forças armadas brasileiras; em 2003 havia 287.600 militares ativos; já no ano de 2013, o número de militares na ativa sobe para 318.000 (IISS 2003; 2013).

## POLÍTICA DE DEFESA DA VENEZUELA (2003-2013)

Antes de prosseguirmos propriamente para a análise da política de defesa da Venezuela durante o governo Hugo Chávez, é preciso contextualizar brevemente sua chegada ao poder, seus primeiros anos como presidente e, em especial, a tentativa de golpe orquestrada contra ele, em 2002, que teve impactos significativos na estruturação da política de defesa do país.

A ascensão de Chávez à liderança da Venezuela ocorre em um momento de crise política e econômica do país na década de 1990. Desde 1958, com a queda do ditador general Marcos Perez Jimenez, o país viveu sob a égide do Pacto de Punto Fijo, que estipulava o revezamento do poder da presidência entre os partidos Ação Democrática e o Partido Social Cristão, ambos representantes das classes dominantes do país; ao mesmo tempo foi estabelecido que a política econômica do país giraria a partir de um modelo rentista do petróleo, com a exploração em parceria com o capital internacional e das multinacionais (Damasceno e Coelho 2020). Ao longo

da década de 1980, a economia venezuelana se deteriora com a redução do preço do barril de petróleo, alta inflação, deterioração dos serviços públicos e adesão de políticas econômicas neoliberais propagadas pelo FMI e pelo Consenso de Washington. A partir disso e da insatisfação crescente das classes populares, há o estopim de uma revolta popular espontânea, que ficou conhecida como Caracazo, que se estendeu por uma semana, envolvendo protestos contra o governo e saques de estabelecimentos comerciais, seguidos de forte repressão por parte do governo, que resultou em milhares de feridos e entre 1.000 e 1.500 mortos (Maringoni 2009).

É neste contexto de crise na Venezuela que Hugo Chávez se destaca politicamente, ganha notoriedade e apoio popular, e é alçado à presidência em 1999, sendo considerado o primeiro presidente e o mais radical da chamada Onda Rosa. Nos seus primeiros anos de presidência, devido ao apoio das classes populares, ele consegue aprovar uma nova constituição, reconhecendo e ampliando direitos indígenas, sociais, ambientais e de participação democrática, além de novas leis nos campos de terra e agricultura, pesca e de petróleo, sendo este último de maior importância, já que aumentou o controle público sobre a principal empresa petrolífera do país (a PDVSA) e os royalties e impostos que o Estado passaria a receber, o que atraiu forte oposição por parte da classe dominante venezuelana (Maringoni 2009).

Com a implementação dessas mudanças e as sucessivas vitórias chavistas nas urnas, a classe dominante executa um golpe civil-militar em 11 de abril de 2002 com a prisão de Hugo Chávez. O pretexto para o golpe foi o assassinato de 19 manifestantes durante um protesto conduzido pela direita contra o governo, que foi perpetrado por mercenários franco-atiradores contratados pelos golpistas; porém, por meio de manipulação das imagens pelos meios de comunicação do país, os chavistas foram responsabilizados, justificando a ação dos militares golpistas em prol da deposição de Chávez (Damasceno e Coelho 2020). Participaram do golpe o sindicato patronal *Fedecámara*, militares de alta patente, os principais meios de comunicação e contou com o apoio dos EUA (Fernandes 2002). Em resposta ao golpe, as classes populares se organizaram e fizeram enfrentamento às forças golpistas, ao mesmo tempo que incitavam soldados rasos e oficiais de baixa patente a resistirem, que retomaram meios de comunicação que haviam sido derrubados e ameaçaram de rebelião caso Chávez não fosse reconduzido à presidência, levando ao fim do golpe com a prisão dos golpistas e o retorno do presidente deposto (Damasceno e Coelho 2020; Fernandes 2002).

Ao analisar o processo golpista e a reação popular contra esse, é possível identificar três elementos importantes da tentativa de golpe que se refletirão na política de defesa da Venezuela nos governos chavistas, em especial no governo de Hugo Chávez. Primeiro, a atuação dos meios de co-

municação na articulação do golpe, servindo como aparato ideológico contra o governo (Damasceno e Coelho 2020; Fernandes 2002). Segundo, a participação dos EUA no processo golpista, tornando-se o principal inimigo externo dos governos chavistas (Damasceno e Coelho 2020; Fernandes 2002; Santiago 2025). Por fim, a resistência das massas populares contra o golpe foi um aspecto decisivo para a vitória do contragolpe (Damasceno e Coelho 2020). Esses elementos mencionados aparecerão na política de defesa na forma de: 1) defesa e fortalecimento do controle estatal dos meios de comunicação; 2) uma estratégia de defesa que indica como seu principal inimigo os EUA; 3) e a defesa da participação das massas nas táticas contra uma invasão externa do país.

A partir dessa tentativa de golpe, a Venezuela passa por um processo de renovação da sua agenda de defesa e segurança, com reformas no setor castrense, modificando suas doutrinas militares e dando início a um processo de modernização das suas forças armadas, além de uma forte retórica anti-imperialista, que aponta os EUA como principal inimigo e articulador de tentativas de golpes no país. Com esse panorama em vista, apresenta-se a política de defesa do país durante o governo Hugo Chávez, entre os anos 2003 e 2013 (ano de sua morte), focando nos documentos do período.

Antes de adentrar em uma análise dos documentos de defesa da Venezuela no período, devem-se fazer três apontamentos importantes. Primeiro, deve-se destacar que, igualmente ao Brasil, a formulação da política de defesa esteve alheia à sociedade civil, tendo como razão a falta de controle civil sobre o estamento militar com os militares venezuelanos, sendo uma constante na história política da Venezuela (Miranda 2018). No entanto, essa situação difere um pouco da brasileira, tendo em vista os conceitos de segurança e defesa adotados pelo Estado venezuelano, especialmente depois da chegada de Hugo Chávez à presidência, como será demonstrado a seguir. Outro apontamento importante é que existe uma dificuldade em pesquisar documentos oficiais de defesa venezuelanos,<sup>8</sup> segundo Miranda (2012) e Castillo (2007), em razão da concentração da formulação do pensamento estratégico e dos estudos de segurança e defesa no estamento militar, havendo a exclusão da participação civil nesses assuntos, o que dificulta o acesso à informações e sua divulgação nessa área. Uma hipótese que pode ser levantada, com base em Wainer (2024), sobre a dificuldade do acesso a essa documentação, é a de que, por ter ocorrido uma mudança de doutrina militar, que passou a ter a Guerra Popular Prolongada como fundamento, a informação se torna também uma arma e, portanto, o sigilo se torna estratégico no combate a um inimigo tecnologicamente superior. Por fim, no período analisado, foi possível encontrar apenas um documento que exclusivamente trata da questão de segurança

e defesa, o “*Plan Sucre*”; os outros dois documentos não têm foco exclusivo em defesa, mas também abordam o tema.

Feitos esses apontamentos, segue-se para a análise da política de defesa. Na Venezuela, há um entendimento diferente dos conceitos de defesa e segurança, apresentando um sentido mais amplo e vinculado à cooperação civil-militar, entre o Estado e a sociedade civil. Segurança, portanto, na Venezuela é definida como:

*[...] la corresponsabilidad entre el Estado y la sociedad civil, para dar cumplimiento a los principios de independencia, democracia, igualdad, paz, libertad, justicia, solidaridad, promoción y conservación ambiental y afirmación de los derechos humanos, así como en la satisfacción progresiva de las necesidades individuales y colectivas de los venezolanos y venezolanas, sobre las bases de un desarrollo sustentable y productivo de plena cobertura para la comunidad nacional. El principio de la corresponsabilidad se ejerce sobre los ámbitos económico, social, político, cultural, geográfico, ambiental y militar. (Venezuela 1999 art. 362).*

A partir dessa perspectiva, a Venezuela desenvolve o conceito de “*Desarrollo Integral*”, que define a existência de um compromisso entre Estado e sociedade fundamentado na cooperação em assuntos públicos para a satisfação das necessidades individuais e coletivas nos mais diversos âmbitos, incluindo o militar (Hurtado 2015).

O conceito de defesa utilizado pela Venezuela é o de “*Defensa Integral*”. Esta é definida como:

*[...] conjunto de sistemas, métodos, medidas y acciones de defensa, cuales quiera sean su naturaleza e intensidad, que en forma activa formule y ejecute el Estado con la participación de las instituciones públicas y privadas, y las personas naturales y jurídicas, nacionales o extranjeras con el objeto de salvaguardar la independencia, la libertad, la democracia, la soberanía, la integridad territorial y el desarrollo integral de la nación. (Venezuela 2002, art. 3).*

Segundo esse conceito, a defesa envolveria todos os setores do Estado e comprometeria a população em geral com a defesa da nação, gerando a união cívico-militar (Hurtado 2015). Em outras palavras, a defesa não é apenas responsabilidade do estamento militar, envolvendo toda a sociedade, sem exceções. Com esses conceitos definidos, passemos para análise dos documentos.

Em ordem cronológica de publicação dos documentos, o primeiro sobre o tema de defesa é o “*El nuevo mapa estratégico*”, de 2004, uma transcrição de reunião de alto nível presidida por Hugo Chávez. Nele, destaca-se como objetivo nacional “*profundizar y acelerar la conformación de la nueva estrategia*

*militar nacional*” (Venezuela 2004, 51). Para isso, são definidas três linhas de ação: 1) formular uma nova Estratégia Militar Nacional, baseada no pensamento de Simón Bolívar e rompendo com a doutrina imperialista anterior; 2) fortalecer a união cívico-militar, incorporando a população civil na defesa através da reserva militar, que evoluiria para a Milícia Bolivariana, e projetos cívico-militares para organizar essas reservas; 3) desenvolver a indústria militar e naval nacional, junto à integração militar latino-americana (Venezuela 2004).

O segundo documento é o “*Proyecto Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*”, que define diretrizes para o desenvolvimento econômico, político, social e externo da Venezuela. Embora não trate diretamente da política de defesa, é possível perceber nele uma compreensão ampliada de defesa para além da questão militar, incluindo o controle dos meios de comunicação como parte da soberania nacional: “*Fomentar que los medios de comunicación masivos formen parte de la promoción y defensa de la soberanía nacional*” (Venezuela 2007a, 17). Além disso, destaca a economia, especialmente a soberania sobre as reservas de petróleo, como arma estratégica para tornar o país uma potência energética (Venezuela 2007a). No campo geopolítico, o documento defende um mundo multipolar contra a unipolaridade dos EUA, identifica a América Latina e Caribe como zonas estratégicas e aponta Irã, Síria, Bielorrússia e Rússia como parceiros anti-imperialistas essenciais para cooperação em defesa (Venezuela 2007a).

Por fim, o mais importante documento do período é o “*Plan Sucre*” ou “*Plan de Desarrollo de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana 2007-2013*”. Neste plano, argumenta-se a necessidade do desenvolvimento das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB) diante da possibilidade de intervenção por parte dos EUA com apoio colombiano e estabelece os principais eixos e ações a serem tomadas para a efetivação desse plano, estando diretamente relacionado com o *Proyecto Nacional Simón Bolívar* (Venezuela 2007b). O plano aponta cinco eixos de desenvolvimento: jurídico, doutrinário, de direção, logístico e educativo; cada um sendo dividido em foco, objetivo estratégico e estratégias. A seguir são apresentados os principais aspectos dentro de cada eixo para a política de defesa do país.

No eixo jurídico, destaca-se apenas o objetivo estratégico, que é o de “*adecuar el marco jurídico existente a la nueva concepción de la Defensa Integral de la Nación*” (Venezuela 2007b, 11), assim consolidando nas FANB o conceito de “*Defensa Integral*”.

No eixo doutrinário, é defendida a criação de uma doutrina militar autóctone chamada “*Nuevo Pensamiento y Doctrina Militar Bolivariana*” que seria sustentada nos ideários bolivarianos e em consonância com o concei-

to de Guerra Popular Prolongada<sup>9</sup> (Venezuela 2007b). Hurtado (2015, 35) aponta que este eixo apresenta três elementos centrais:

*1) la formación ideológica para el concurso de todo el pueblo en la defensa nacional, 2) la reformulación de la estrategia militar — de la contra-insurgencia a guerra de guerrillas —, y, 3) el planteamiento de una nueva amenaza personificada por los Estados Unidos.*

No eixo de direção, estabeleceu-se como objetivo fortalecer a planificação na defesa militar e na cooperação para manutenção da ordem interna, bem como a participação das FANB no desenvolvimento nacional e nos planos estratégicos de desenvolvimento, visando a otimizar a estrutura e o equipamento das forças armadas (Venezuela 2007b). As estratégias de maior destaque adotadas são: a planificação contra uma invasão e as linhas gerais da resistência, potencializar a milícia bolivariana com o recrutamento de um milhão de milicianos e adquirir e designar armamentos para os soldados e milicianos (Venezuela 2007b).

No eixo logístico, almejou-se adquirir novos equipamentos militares e criar reservas de materiais para um ano de guerra, estabelecer e organizar um sistema logístico e estabelecer bases de abastecimento e organizar um sistema de manutenção, modernização e conservação dos materiais de guerra (Venezuela 2007b). Deve-se apontar que grande ênfase é dada ao intercâmbio tecnológico para adquirir novos sistemas de armas com a intenção de incorporá-las na produção, manutenção e desenvolvimento do material bélico nacional, ainda que sem mencionar a criação de uma indústria bélica.

Por fim, o eixo educativo tem como objetivo aperfeiçoar o sistema educacional das FANB, da Milícia Bolivariana e da população em geral, de modo a responder às mudanças na doutrina, nos equipamentos militares e ao tipo de inimigo enfrentado. Isso se daria por meio da reestruturação curricular, alinhada às concepções da guerra popular prolongada, e pela divulgação da ideologia bolivariana, buscando formar uma consciência revolucionária na sociedade civil, nas milícias e nas FANB (Venezuela 2007b). É importante destacar que, nesse contexto, a educação torna-se parte integrante da defesa nacional, reforçando a visão venezuelana de que a defesa não se restringe ao âmbito militar, abrangendo também outros setores da sociedade, como já mencionado anteriormente no que diz respeito aos meios de comunicação.

Em relação à interface entre política externa e política de defesa, percebe-se nos próprios documentos mencionados anteriormente a inter-relação entre essas duas políticas. Isto é possível de ser visto no *Proyecto Nacional Simón Bolívar* na seção sobre “Nova Geopolítica Internacional”,

em que se defende a criação de novos polos de poder para fazer frente à unipolaridade e ao imperialismo americano (Venezuela 2007a). Entretanto, torna-se mais explícito ainda ao olharmos o *Plan Sucre*, que trabalha com a hipótese de uma guerra contra os EUA com apoio da Colômbia, o que levaria à necessidade de formular esse plano de desenvolvimento das forças armadas (Venezuela 2007b). Para além desse elemento, a hostilidade a Washington e a necessidade de se proteger se devem à presença de bases militares estadunidenses, especialmente na Colômbia em conjunto com o Plano Colômbia; à acusação de Hugo Chávez de que os EUA participaram da tentativa de golpe contra seu país em 2002; e à imposição de um embargo de armas contra a Venezuela (Oliveira 2011).

A Colômbia foi outro grande foco de tensão da política de defesa e externa da Venezuela no período. Para além dos motivos mencionados acima, os governos de Chávez e Uribe eram opostos ideologicamente e frequentemente trocavam acusações, com o governante colombiano acusando a Venezuela de apoiar as FARC (Miranda 2012). O pior momento da relação entre os dois países foi em 2008, quando ocorre uma invasão do território equatoriano por forças armadas da Colômbia em busca de guerrilheiros das FARC. Em resposta, a “Venezuela imediatamente se manifestou em solidariedade ao governo do Equador, inclusive movimentando tropas na região de fronteira como advertência direta a Bogotá.” (Miranda 2012, 108).

Diante do antagonismo com os EUA e do embargo de armas imposto pelo governo americano, a Venezuela diversificou suas parcerias no campo da defesa, tanto regional quanto extrarregionalmente. A Rússia se destacou como principal parceiro, fornecendo tanques, helicópteros, sistemas de defesa aérea, submarinos, fuzis e firmando acordos de cooperação para defesa antiaérea, exercícios conjuntos e instalação de uma fábrica de fuzis Kalashnikov AK-103 (Miranda 2012; Oliveira 2011). Outros parceiros incluem Bielorrússia, Irã e China, sendo esta última responsável pela venda de aeronaves, pelo acordo para o lançamento do satélite VeneSat 1 e pela transferência tecnológica para a fabricação de satélites, com assessoria chinesa, alinhada ao projeto venezuelano de soberania em telecomunicações (Jácome 2006).

No âmbito regional, Bolívia e Cuba se destacam na cooperação em defesa. Em 2006, a Bolívia assinou um acordo técnico com a Venezuela para construção de 24 bases militares e um porto fluvial, assistência em matéria de legislação militar, prevenção de conflitos, controle de armas, operações humanitárias, treinamento de batalhão de engenheiros e modernização do material bélico (Villa e Bragatti 2015). Cuba distingue-se como principal parceiro regional da Venezuela, com uma aliança estratégica marcada pela oposição aos EUA, compras militares, assistência técnica, formação

de recursos humanos e diversificação de parcerias estratégico-militares (Miranda 2012).

Durante o período, Brasil e Venezuela tiveram uma relação menos próxima na segurança regional, em comparação a outras áreas bilaterais,<sup>10</sup> devido a dois fatores principais: percepções divergentes sobre a segurança na América do Sul e a ausência de transferência de armamentos ou projetos militares conjuntos (Barros, Camargo e Carneiro 2022). Enquanto a Venezuela buscava uma aliança militar anti-hegemônica contra os EUA, o Brasil apostava em ampliar a cooperação, reduzir intervenções estrangeiras e conter posturas antiamericanas do chavismo. Além disso, o embargo dos EUA impediu a exportação de 24 aviões Super Tucano para a Venezuela, motivando o país a buscar armas na Rússia e China; ainda assim, houve intercâmbio militar relevante, com cursos e treinamentos entre os dois países (Barros, Camargo e Carneiro 2022).

Ainda sobre a região, a integração regional no campo da defesa era uma das principais agendas da Venezuela e importante para concretização do projeto bolivariano, advogando primariamente pela criação de forças armadas sul-americanas (Villa e Bragatti 2015). Em janeiro de 2006, a Venezuela já havia proposto a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano, como apontam Villa e Bragatti (2015, 13–4):

Na verdade, a proposta do Conselho de Defesa Sul-Americano foi apresentada pela primeira vez em janeiro de 2006, pelo governo da Venezuela, aos governos da Argentina e do Brasil. Essa proposta incluía: 1) uma integração militar dos 12 países, semelhante à dos países da OTAN; a proposta era que esta organização recebesse o nome de Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS); 2) um pacto de defesa (este pacto incluiria compartilhar equipamentos, serviços e inteligência; 3) um mecanismo de defesa coletivo; 4) elaboração de uma doutrina de defesa e segurança latino-americana. No entanto, a proposta venezuelana de criação do Conselho, com essas quatro características, foi recebida com pouco entusiasmo pelo Brasil, que já pensava numa instituição mais pragmática intergovernamental e não tão atrelada a conceitos de uma integração profunda em defesa.

No período, a Venezuela participou da integração em defesa na Unasul e na ALBA. Na Unasul, esteve envolvida na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que, embora distante do ideal de Chávez, agradava aos governos bolivarianos por evitar o isolamento, a interferência dos EUA e ações desestabilizadoras (Fuccille 2014). Entretanto, torna-se importante ressaltar que o projeto venezuelano para o CDS era distinto do brasileiro, defendendo como proposta que o conselho fosse uma aliança de defesa coletiva contra atores externos, notadamente os EUA, e tendo um caráter

político-ideológico definido de corte antiestadunidense e confrontativo (Peruzo e Spada 2018; Souza 2015; Oliveira 2017). Esse projeto de CDS mais combativo tinha relação direta com os interesses de política externa venezuelana, principalmente no sentido de combater influência externa na região, auxiliar no fortalecimento da segurança nacional e promover a multipolaridade e uma integração regional com uma identidade política bem definida (Oliveira 2017; Souza 2015). Um exemplo dessa oposição de projetos para CDS entre Brasil e Venezuela foram as diferentes concepções a respeito de como garantir o direito à paz (Peruzo e Spada 2018). O Brasil entendia que essa poderia ser alcançada pela construção de uma zona de paz através de diálogo, cooperação e prevenção de conflitos, associando a paz à governança cooperativa. A Venezuela, por sua vez, compreendia que o direito à paz só é garantido por meio da força dissuasória baseada na capacidade militar coletiva capaz de responder a ameaças externas.

Em comparação ao CDS, em que o projeto brasileiro foi o efetivado, na ALBA o processo foi mais radical e alinhado à visão chavista: em 2006, Cuba, Venezuela e Bolívia propuseram um sistema de defesa comum autônomo de inspiração socialista, bolivariana e antiestadunidense, e, em 2008, Chávez anunciou uma aliança militar defensiva com Cuba, Nicarágua, República Dominicana e Bolívia (Padua e Mathias 2010). Por fim, em 2009 é publicada uma declaração conjunta da ALBA, em sua sétima cúpula, que reforça a integração militar do bloco, com destaque para criação de uma escola de defesa:

*Conforman el Comité Permanente de Soberanía y Defensa de la Alianza Bolivariana para Los Pueblos de Nuestra América ALBA-TCP, como parte del Consejo Político cuyos objetivos principales serán la definición de una Estrategia de Defensa Integral Popular Conjunta y la constitución de una Escuela de Dignidad y Soberanía de las Fuerzas Armadas de los países del ALBA-TCP (ALBA-TCP 2009, Art. 28).*

Em relação à modernização das FANB, esta é tida como um fator de extrema importância para a política de defesa da Venezuela no período, como visto nos documentos apresentados, com o eixo logístico do *Plan Sucre*, que tem como um de seus objetivos a modernização das forças armadas; o *Proyecto Nacional Simón Bolívar*, que identifica países importantes para intercâmbio tecnológico na defesa, e o *nuevo mapa estratégico*, que defende o desenvolvimento de uma indústria militar nacional e latino-americana (Venezuela 2004; 2007a; 2007b). No campo prático, houve compras significativas de equipamentos russos, incluindo fuzis AK-103, helicópteros, caças, mísseis e um submarino, e aumento dos gastos militares, que totalizaram US\$ 45 milhões entre 2001 e 2011, colocando a Venezuela como o

24º maior comprador de armas (Miranda 2012; Jácome 2006). Reforçando ainda mais essa aproximação, dados do Sipri (2025a) demonstram que entre 2003 e 2013, houve 57 transferências, totalizando 7.567 equipamentos militares adquiridos, com Rússia e China fornecendo 73% do total das transferências, que em sua maioria foram aeronaves, mísseis e sistemas de defesa antiaérea. Em relação à formação de uma indústria de defesa nacional, em 2012, Chávez anunciou que a estatal Cavim iniciava a produção de fuzis, granadas, drones e munições, incluindo a fabricação sob licença do AK-130 e o desenvolvimento do fuzil de precisão Catatumbo, com planos de exportação (Noticias24 2012).

No que diz respeito aos dados quantitativos do campo da defesa da Venezuela, é possível notar um aumento considerável nos gastos militares em porcentagem do PIB entre os anos de 2003 e 2008, saindo de 1,18% para 1,79%, tendo seu auge em 2006 com 1,98%, contudo esse valor diminui nos anos seguintes, terminando em 1,67% em 2013 (Sipri 2025b). Entretanto, os valores brutos dos gastos militares da Venezuela aumentaram ao longo do período, devido ao aumento dos preços do petróleo no período, que elevou as receitas do país, saindo de US\$ 987,89 milhões em 2003 para US\$ 6.199,70 milhões em 2013 (Sipri 2025b).<sup>11</sup> Por último, também houve um aumento no contingente das FANB no período. Em 2003, havia 82.300 militares ativos, enquanto em 2013 esse número sobe para 115.000 militares, entretanto é preciso adicionar a esse montante também os 125.000 membros das milícias bolivarianas, totalizando 240.000 membros no conjunto (IISS 2003, 2013).

## COMPARAÇÃO ENTRE VENEZUELA E BRASIL

A partir da exposição da política de defesa dos dois países, apresenta-se a seguir uma comparação entre elas, apontando semelhanças e diferenças em cinco áreas: 1) documentos de defesa; 2) inter-relação entre defesa e política externa; 3) integração sul-americana no campo da defesa; 4) modernização das forças armadas, indústria bélica; e 5) gastos e contingentes militares.

Os documentos de defesa do Brasil e da Venezuela no período apresentam diferenças em quatro aspectos: transparência, número, tipo e conteúdo. No quesito transparência e número, a Venezuela divulga pouquíssimos documentos, limitando-se ao *Plan Sucre*, enquanto o Brasil publicou diversos, como o PND, END e LBDN. Em relação ao tipo dos documentos, o Brasil apresenta uma maior diversidade documental — política nacional, estratégia e livro branco — enquanto a Venezuela foca em um plano para o desenvolvimento das FANB frente a uma possível invasão dos EUA. No

conteúdo, destacam-se concepções distintas: a Venezuela adota uma visão ampla de defesa e segurança, não restrita ao militar, e levanta a hipótese de guerra contra os EUA; o Brasil não identifica ameaças militares concretas e considera ameaças internas e externas. Ambos, porém, convergem em integrar política externa e defesa, valorizando a integração regional, parcerias estratégicas, modernização militar e desenvolvimento da indústria bélica.

Sobre a interface política externa e política de defesa, é possível identificar semelhanças entre os dois países no quesito de aumento do protagonismo internacional, seja pelo petróleo (no caso venezuelano) ou pela influência político-econômica (no caso brasileiro), e na diversificação de parcerias no campo da defesa, com ambos os países saindo do eixo tradicional de relação com EUA e Europa. Entretanto, o que diferencia o Brasil e a Venezuela nesse aspecto são os parceiros dessa relação entre política externa e defesa. O Brasil buscou parcerias no Sul Global como um todo, com destaque para a América do Sul e África, mas ainda mantendo parcerias tradicionais com os Estados Unidos e países europeus, como a França. No caso venezuelano, devido à hostilidade a Washington e ao embargo de armas imposto ao país, as parcerias no campo da defesa foram direcionadas a países revisionistas da ordem global, como China, Rússia, Irã, Bielorrússia, e governos de esquerda mais radical na América Latina, com destaque para Bolívia e Cuba.

No campo da integração regional em defesa, ambos os países conferem grande importância a uma maior integração e cooperação na área da defesa, tendo em vista a participação de Venezuela e Brasil na Unasul e na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, vistos pelos dois como uma forma de reduzir a influência americana na região e em sua agenda de segurança. Apesar disso, Venezuela e Brasil têm visões e projetos muito diferentes para essa integração, refletindo na diferença entre os projetos da ALBA e da Unasul com o CDS, como demonstram [Villa e Bragatti \(2015, 17\)](#):

A ALBA constituiu uma aliança militar defensiva que inclui a Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador e a República Dominicana. A agenda desta iniciativa postula: 1) uma estratégia de defesa conjunta, articulando as forças armadas e os corpos de inteligência; 2) um mecanismo de segurança coletiva; 3) um exército regional; 4) uma Escola de Defesa.

Em compensação, e em essência, o CDS é um foro pragmático baseado em: 1) um mecanismo de entendimento sobre consultas e coordenação em matéria de defesa e segurança; 2) um fórum para reuniões anuais dos Estados-Maiores das Forças Armadas; 3) um fórum para

o intercâmbio na área de educação militar; 4) um mecanismo para a participação combinada sub-regional em *peacekeeping*; 5) um fórum para a construção de identidades em defesa, e uma visão comum de segurança e defesa, baseada em necessidades específicas e interesses comuns dos países da região.

Para além dessa distinção entre a ALBA e o CDS, havia também a divergência de projetos para este último. O Brasil defendia que o conselho fosse um fórum para cooperação entre os países sul-americanos em matéria de defesa, para resolução de conflitos regionais, promoção de uma zona de paz e plataforma para projeção internacional do país. A Venezuela, por outro lado, defendia um projeto de um CDS como uma aliança defensiva coletiva contra atores externos de caráter ideológico e político definido. Um exemplo dessa distinção entre Brasil e Venezuela foi a disputa, no interior do órgão, a respeito do que significa garantir o direito à paz, com o primeiro defendendo a construção de uma zona de paz com base na cooperação e no diálogo, e o segundo por meio do poder militar coletivo. Essas diferenças de visão para o CDS têm suas raízes na política externa de cada um dos países, com o Brasil buscando utilizar esse órgão para se posicionar como liderança regional e se projetar internacionalmente, enquanto a Venezuela buscava mecanismos para fortalecer sua segurança nacional, combatendo a influência estadunidense e promovendo a multipolaridade. Contudo, é possível identificar uma convergência em relação a objetivos no que se refere à busca por reduzir a interferência externa na região e aumentar a autonomia, mesmo havendo projetos distintos e tendo prevalecido a perspectiva brasileira para o CDS.

A respeito da modernização das forças armadas e indústrias bélicas dos países, Brasil e Venezuela se assemelham por terem como objetivo o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional e a compra de melhores equipamentos para suas forças militares (Brasil 2008; Venezuela 2007b). Entretanto, ambos diferiram na trajetória para atingir tal objetivo. O Brasil já tinha uma indústria mais desenvolvida em comparação com o vizinho, inclusive com produção de tecnologia própria, o que permitiu a participação de grupos privados no mercado de defesa e a capacidade de exportar equipamentos militares. Diferentemente, a Venezuela focou mais em equipar as FANB, tendo em vista o cenário de guerra projetado por eles, resultando em compras de equipamento em vez de produzi-los, ainda que existisse uma pequena produção de armas pela empresa estatal Cavim.

Por último, em relação aos gastos militares e os contingentes, é possível perceber que tanto Venezuela como Brasil, durante o período de 2003 a 2013, apresentaram aumentos expressivos no número de militares na ativa nas

forças armadas, em especial no caso venezuelano, com a adição das milícias bolivarianas. Também houve crescimento nos gastos militares que aumentaram em valores brutos em razão do crescimento econômico brasileiro e venezuelano no período, evidenciando em parte um fortalecimento da política de defesa. Contudo, cabe notar uma diferença: na Venezuela os gastos militares tiveram uma maior participação no PIB quando comparado ao Brasil.

## CONCLUSÃO

Em suma, identifica-se que ambos os países passaram por um forte desenvolvimento de suas políticas de defesa no período, especialmente nos cinco temas destacados ao longo deste artigo: documentação oficial, interface entre política externa e política de defesa, integração regional no campo securitário, modernização das forças armadas e desenvolvimento de uma indústria bélica nacional, como também o contingente e gastos militares. Destaca-se que ambos os países convergiram em diversos aspectos, compartilhando objetivos similares como visto pelos documentos, como a necessidade de inter-relacionar a política externa com a defesa, a importância da integração regional no campo da defesa, a criação de uma indústria bélica nacional, a diversificação de parceiros e maior presença e protagonismo internacional. Entretanto, o que diferencia as políticas de defesa de Brasil e Venezuela é predominantemente a forma como se busca esses objetivos, evidenciadas pelas diferenças radicais entre as concepções de defesa entre os dois países e suas estratégias adotadas, o posicionamento internacional do país frente a ordem global, a escolha de parceiros no campo da defesa, o modelo de integração regional defendido por ambos e as formas de equipar e modernizar suas forças armadas.

Em razão do exposto, entende-se que Brasil e Venezuela tiveram grandes desenvolvimentos em suas políticas de defesa; contudo, adotaram posturas diferentes nesse processo. No caso brasileiro, foi adotado um posicionamento pragmático e de busca por maior autonomia, entendido aqui como a capacidade do Estado implementar uma política de defesa e política externa independente de constrangimentos de Estados mais poderosos (Vigevani e Cepaluni 2016), porém sem confrontação com a potência internacional, os EUA. Já no caso venezuelano, o posicionamento adotado na política de defesa foi de anti-imperialismo, ou seja, uma política que visa a fazer oposição direta aos interesses do imperialismo tanto nacionalmente como internacionalmente, com base em um projeto político e de desenvolvimento autônomo, nacional e popular (Moreira 2021). A Venezuela apresentou uma doutrina de defesa calcada na guerra de guerrilha baseada no conceito de Guerra Popular Prolongada e de *Defensa Integral*, visando

combater uma possível invasão por parte da potência imperialista, nesse caso os EUA. Além disso, foi possível perceber que a evolução da política externa e de defesa de cada país influenciou mutuamente nas dinâmicas de cada país, conforme evidenciado na discussão sobre integração regional no âmbito securitário.

Por fim, apesar de não ser o foco desse artigo, é possível fazer algumas considerações sobre as causas para ambos os países terem adotado rumos distintos no seu processo de fortalecimento de suas políticas de defesa, ainda que seja necessário estudo mais qualificado e aprofundado sobre esse tema. No caso venezuelano, as tentativas de golpe de estado contra Hugo Chávez, apoiadas pelos EUA, foram um dos grandes fatores responsáveis pela a reformulação da política de defesa, levando à necessidade de reformular os documentos de defesa do país, a adoção de novas concepções de defesa e doutrinas militares voltadas para o combate a um inimigo externo, os EUA. No caso brasileiro, o rumo adotado para a política de defesa foi na tentativa de fortalecer o controle civil sobre os militares, como também visou a relacionar a política de defesa com a política externa em um projeto de inserção internacional do Brasil.

## DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Essa pesquisa não contou com nenhum tipo de financiamento, como também não apresenta nenhum conflito de interesse que possa influenciar o trabalho.

## REFERENCIAS

ALBA-TCP. 2009. *Declaracion Conjunta 5*. [www.albatcp.org/acta/declaracion-conjunta-5/#\\_ftn2](http://www.albatcp.org/acta/declaracion-conjunta-5/#_ftn2).

Almeida, Carlos Wellington de. 2010. “Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas”. *Opinião Pública* 16, no. 1: 220–50, Campinas. [doi.org/10.1590/S0104-62762010000100009](https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100009).

Barros, P. S., R. L. Camargo e H. C. Carneiro. 2022. *Brasil-Venezuela: evolução das relações bilaterais e implicações da crise venezuelana para a inserção regional brasileira (1999-2021)*: 1–148. Rio de Janeiro: Ipea. [repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11153](https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11153)

Battaglino, Jorge. 2009. “O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: uma convergência de vantagens”. *Nueva Sociedad*. [nuso.org/articulo/o-brasil-e-a-criacao-do-conselho-de-defesa-sul-americano-uma-convergencia-de-vantagens](https://nuso.org/articulo/o-brasil-e-a-criacao-do-conselho-de-defesa-sul-americano-uma-convergencia-de-vantagens).

Borelli, Patrícia C. e Adriano de Freixo. 2021. “As inflexões na política de defesa no governo Lula (2003-2010)”. *Tensões Mundiais*, Fortaleza 17, no. 34: 173–96. [revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3146](http://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3146).

Borelli, Patrícia C. e A. E. R. Peron. 2017. “Defesa e desenvolvimento no governo Lula: uma convergência possível?” *Revista da Escola de Guerra Naval* 23, no. 2: 481–510. [portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4488/4342](http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4488/4342).

Brasil. 2008. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm).

Brasil. 2012a. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. [www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf).

Brasil. 2012b. Ministério da Defesa. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília. [www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf).

Brasil. 2005. Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm).

Brasil. 2012c. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. [www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf).

Buzan, Barry e Ole Wæver. 2003. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press,

Castillo, Hernan. 2007. “Historia y Teoria Política sobre las relaciones civiles y Militares Venezolanas”. In *Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas*, editado por Domingo Irwin, Hernán Castillo e Frederique Langué: 35–109. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello.

Damasceno, F. S. e W. de O. Coelho. 2020. “Contrarrevolução bolivariana na história recente da Venezuela”. *Textos e Debates* [S. l.] 1, no. 34. [doi.org/10.18227/2317-1448ted.v1i34.6182](https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v1i34.6182).

Donadelli, Laura Meneghim, Héctor Luis Saint-Pierre e Marina Gisela Vitelli. 2021. “Os documentos de defesa do Brasil”. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad* 16, no. 2: 141–56 (Dezembro). [doi.org/10.18359/ries.5602](https://doi.org/10.18359/ries.5602).

Fernades, Bob. 2002. “Crônica de um golpe”. *Carta Capital* [S. l.] (Maio) [online]. [disparada.com.br/cronica-de-um-golpe-venezuela/](http://disparada.com.br/cronica-de-um-golpe-venezuela/).

Fuccille, Alexandre. 2014. “Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): Balanços e Perspectivas”. *IX Encontro ABCP*. Brasília, DF: Associação Brasileira de Ciência Política. [cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/04/conselho-defesa-sul-americano-cds-balanco-e-perspectivas-714.pdf](http://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/04/conselho-defesa-sul-americano-cds-balanco-e-perspectivas-714.pdf)

Hasan, Mehdi. 2020. “Golpe na Venezuela fracassou, mas ainda é a meta dos EUA”. *The Intercept* (Maio). [www.intercept.com.br/2020/05/11/golpe-fracasso-venezuela-eua/](http://www.intercept.com.br/2020/05/11/golpe-fracasso-venezuela-eua/).

Hurtado, Camilo. 2015. “El plan de desarrollo de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana, “Plan Sucre 2007-2013”, y las implicaciones para la seguridad nacional de Colombia”. 257 f. Dissertação — Mestrado em Relações Internacionais — Universidad Militar Nueva Granada, Bogotá. [repository.unimilitar.edu.co/handle/10654/14070?show=full](http://repository.unimilitar.edu.co/handle/10654/14070?show=full).

IISS, International Institute for Strategic Studies. 2003. *The Military Balance 2003-2004*. Londres: Ed. Routledge.

IISS, International Institute for Strategic Studies. 2013. *The Military Balance 2013*. Londres: Ed. Routledge.

Jácome, Francine. 2006. *Venezuela 2006: avances en la doctrina de seguridad y sus impactos regionales*: 1-39. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. [library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/50459.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/50459.pdf).

Lima, Raphael Camargo. 2015. “A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa”. 96 f. Dissertação — Mestrado em Relações Internacionais — Unesp/Unicamp/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, São Paulo. [hdl.handle.net/11449/128080](http://hdl.handle.net/11449/128080).

Maringoni, Gilberto. 2009. *A Revolução Venezuelana*. 1. ed. São Paulo: Unesp.

Miranda, José Alberto Antunes de. 2012. “A política externa da Venezuela no governo Hugo Chávez Frias: atores civis e militares”. 243 f. Tese — Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. [hdl.handle.net/10183/70021](http://hdl.handle.net/10183/70021).

Miranda, José Alberto de. 2018. “Venezuela, Democracia e Militarismo: Uma Análise Crítica”. *Revista Eletrônica Direito e Política* 13, no. 2: 533–59. [doi.org/doi.org/10.14210/rdp.v13n2.p533-559](https://doi.org/10.14210/rdp.v13n2.p533-559).

Moreira, Anderson Barreto. 2021. Imperialismo e anti-imperialismo: questões intangenciáveis. *Revista Estudos do Sul Global* 1, no. 1: 18-27. [resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/2](http://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/2).

Moreira, Gabriel. Boff. 2018. *A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil*. Brasília: Funag.

*Noticias24*. 2012. “Chávez anuncia que Venezuela produce el fusil ‘Catatumbo’ y una granada ‘única en el mundo’”. *Noticias24*, Caracas (Junho) [web.archive.org/web/20140211180436/http://www.noticias24.com/venezuela/noticia/112357/chavez-informa-que-se-esta-produciendo-un-fusil-completamente-venezolano-catatumbo-y-una-granada-unica/](http://web.archive.org/web/20140211180436/http://www.noticias24.com/venezuela/noticia/112357/chavez-informa-que-se-esta-produciendo-un-fusil-completamente-venezolano-catatumbo-y-una-granada-unica/).

Oliveira, Andréa Benetti Carvalho de e Caroline Cordeiro Viana e Silva. 2011. “Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e doutrina militar de defesa: América do Sul e segurança regional”. 3º *Encontro Nacional ABRI*, São Paulo. [www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100021&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100021&script=sci_arttext&tlng=pt).

Oliveira, Carolina de. 2017. “Defesa e segurança em projetos de integração regional na América do Sul: uma análise a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)”. 227 f. Dissertação — Mestrado em Desenvolvimento Regional — Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

Oliveira, Flávio Rocha de et al. 2025. *A entrada de capitais internacionais na Indústria Brasileira de Defesa*. Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil. [opeb.org/2025/02/05/a-entrada-de-capitais-internacionais-na-industria-brasileira-de-defesa](http://opeb.org/2025/02/05/a-entrada-de-capitais-internacionais-na-industria-brasileira-de-defesa).

Oliveira, Renata Peixoto de. 2011. “Velhos fundamentos, novas estratégias?: petróleo, democracia e a política externa de Hugo Chávez (1999-2010)”. 182 p. Tese — Doutorado em Ciência Política — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. [hdl.handle.net/1843/BUBD-8HLPPH](http://hdl.handle.net/1843/BUBD-8HLPPH).

Pádua, Adriana Suzart de e Suzeley Kalil Mathias. 2010. “Por uma política de defesa común latinoamericana: la propuesta venezolana”. *Íconos — Revista de Ciencias Sociales*. 38: 55–65. [repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/2577](http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/2577).

Peruzzo, Pedro Pulzatto e Arthur Ciciliati Spada. 2018. “Novos direitos fundamentais no âmbito da Unasul: análise das agendas de Brasil e Venezuela à luz do direito à paz”. *Revista de Direito Internacional* 15, no. 2: 339–52. Brasília. doi. [org/10.5102/rdi.v15i2.5060](http://org/10.5102/rdi.v15i2.5060).

Santiago, Lorenzo. 2025. *USAid teve participação em golpe contra Chávez e apoio à oposição na Venezuela. Brasil de Fato*. Caracas [online]. [www.brasildefato.com.br/2025/02/19/usaid-teve-participacao-em-golpe-contra-chavez-e-apoio-a-oposicao-na-venezuela/](http://www.brasildefato.com.br/2025/02/19/usaid-teve-participacao-em-golpe-contra-chavez-e-apoio-a-oposicao-na-venezuela/).

SIPRI. 2025a. *SIPRI Arms Transfer Database*. [armstransfers.sipri.org/ArmsTransfer](http://armstransfers.sipri.org/ArmsTransfer).

SIPRI. 2025b. *SIPRI Arms Transfer Database*. [milex.sipri.org/sipri](http://milex.sipri.org/sipri).

Soares, S. A. 2006. *Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Ed. Unesp.

Soares, Samuel Alves. 2015. “Por uma Nova Ontologia da Defesa”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 2, no. 2: 15–20. [rbed.abedef.org/rbed/article/view/65447](http://rbed.abedef.org/rbed/article/view/65447).

Souza, Tamires Aparecida Ferreira. 2015. “Cooperação em defesa e a região sul-americana: o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano, da Unasul”. 171 f.

Dissertação — Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais — Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Tsé-Tung, Mao. 2019. *Sobre A Guerra Prolongada*. 2. ed.:133. Baioneta.

Venezuela. 2002. “Ley Orgánica de Seguridad de la Nación. Caracas”. *Gaceta Oficial* 37.594. [www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6667.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6667.pdf)

Venezuela. 1999. “Constitución Política de la República Bolivariana de Venezuela”. *Gaceta Oficial* 36.860. Caracas. [crespial.org/wp-content/uploads/2018/10/Año-1999-Constitución-de-la-República](http://crespial.org/wp-content/uploads/2018/10/Año-1999-Constitución-de-la-República).

Venezuela. 2007a. *Proyecto Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista Desarrollo Economico y Social de la Nacion 2007-2013*. [www.psu.org.ve/temas/biblioteca/proyecto-nacional-simon-bolivar/](http://www.psu.org.ve/temas/biblioteca/proyecto-nacional-simon-bolivar/).

Venezuela. 2007b. “Plan Sucre”. *Líneas generales del Plan de Desarrollo de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana para la Defensa Integral de la Nación*. [pt.scribd.com/document/399807875/PLAN-SUCRE-pdf](https://pt.scribd.com/document/399807875/PLAN-SUCRE-pdf).

Venezuela. 2004. *Taller de alto nivel: El nuevo mapa estratégico*. [www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/downloads/2013/01/nuevomapaestrategico.pdf](http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/downloads/2013/01/nuevomapaestrategico.pdf).

Vieira, Vinícius Guilherme Rodrigues. 2022. “Brazil: In Search of a Security Space”. In *The Palgrave Handbook of National Security*. 1. ed. [S. l.], editado por Michael Clarke et al. cap. 12: 261–83. Palgrave Macmillan. ISBN 978-3-030-53493-6. [link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-53494-3\\_12](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-53494-3_12).

Vigevani, Tullo e Gabriel Cepaluni. 2016. *Política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora da Unesp.

Villa, Rafael Duarte e Milton Carlos Bragatti. 2015. “Complexificação das Instituições de defesa na América do Sul”. *Carta Internacional*, [S. l.] 10, no. 3: 4–22. [www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/245](http://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/245).

Wainer, Luis. 2024. “Ofensiva Táctica de Masas y Defensa Integral de la Nación en Venezuela (1999-2005)”. *URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad* [S. l.] 39: 64–80. [doi.org/10.17141/urvio.39.2024.5996](https://doi.org/10.17141/urvio.39.2024.5996).

## AUTONOMIA OU ANTI-IMPERIALISMO: COMPARAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL E VENEZUELA (2003-2013)

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e comparar a política de defesa do Brasil e da Venezuela entre o período de 2003 a 2013, identificando semelhanças e diferenças em cinco áreas: documentos oficiais, interface entre política externa e política de defesa, integração regional nesse campo, modernização das forças armadas, e indústrias bélicas e gastos e contingentes militares. A justificativa da escolha do período e dos dois países tem a ver com o fato de se tratar de governos de esquerda que estiveram no poder durante o mesmo período; exibiram modificações em suas políticas de defesa com atualizações nas documentações referentes ao tema e a projetos de modernização das forças armadas; além de uma atuação internacional mais ativa durante esse período, demonstrando uma maior imbricação entre as políticas externa e de defesa. A metodologia empregada foi de revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais de cada país. Conclui-se no final que tanto o Brasil como a Venezuela tiveram um fortalecimento de suas políticas de defesa, ainda que adotando estratégias e posturas diferentes, o primeiro foi mais pragmático e buscou autonomia sem confrontação, enquanto o segundo posicionou-se de maneira mais radical e anti-imperialista em matéria de segurança nacional.

**Palavras-chave:** Brasil; Venezuela; Política de Defesa.

### ABSTRACT

This article aims to present and compare the defense policy of Brazil and Venezuela between 2003 and 2013, identifying similarities and differences in five areas: official documents, interface between foreign policy and defense policy, and regional integration in this field, modernization of the armed forces and military industries, and military expenditures and contingents. The justification for choosing the period and the two countries has to do with the fact that they had left-wing governments that were in power during the same period; changes in their defense policies with updates to the documentation related to the subject and projects of modernization of the armed forces; besides a more active international performance during this period, demonstrating a greater overlap between foreign and defense policies. The methodology used was a literature review and analysis of official documents of each country. It is concluded that both Brazil and Venezuela had a strengthening of their defense policies, although adopting different strategies and postures, the first was more pragmatic and sought autonomy without confrontation, while the second positioned itself in a more radical and anti-imperialist way in matters of national security.

**Keywords:** Brazil; Venezuela; Defense Policy.

**Recebido em 03/07/2025. Aceito para publicação em 06/12/2025.**

## NOTAS

1. “Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais” (Brasil 2005)
2. “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.” (Brasil 2005)
3. A importância desses adidos reside no fato de ampliarem os contatos bilaterais no campo da defesa entre os países e na promoção de produtos da indústria bélica nacional. Exemplos desses novos adidos militares foram: Moçambique, Egito, Nigéria, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Cabo Verde, Benim Togo, Marrocos, Gana (Lima 2015).
4. Dentre os equipamentos vendidos estão aviões de combate, carros de combate, corvetas, navios de patrulha, entre outros. Para mais detalhes ver Lima (2015, 122–25)
5. “[...] a set of units whose major process of securitization, desecuritization, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another” (Buzan e Waever 2003, 44 apud Vieira 2022, 267).
6. Os dados do Sipri não consideram a exportação de armas leves.
7. Os valores estão em milhões de dólares, a preços correntes, convertidos à taxa de câmbio do ano.
8. Cabe aqui salientar, como recomendação para futuras pesquisas sobre essa temática, que uma forma possível de contornar esse problema é fazer uma triangulação de fontes para ter acesso a informações ou fontes de maneira mais indireta.
9. Estratégia militar de guerra revolucionária formulada por Mao Zedong. Essa estratégia entende que, para combater uma força invasora com vantagem de armas, números e tecnológica, é necessário o apoio popular, entendendo que, se um exército tem apoio das massas populares, a zona defendida seria incontestável e envolveria a utilização de guerrilhas e uma união entre as forças guerrilheiras revolucionárias e a população contra a força invasora, que ao longo do tempo fazem elas declinar militar, econômica e moralmente até sua rendição (Tsé-Tung 2019)
10. Para uma análise aprofundada sobre as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela no período, ver Moreira (2018)
11. Os valores estão em milhões de dólares, a preços correntes, convertidos à taxa de câmbio do ano.